



MARUMBI TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
CNPJ/MF: 14.820.785/0001-53 Inscrição Estadual: 90.582.569-08



COPEL
Eletrobras
Energia

**RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE
2014**

AOS ACIONISTAS

A administração da Marumbi Transmissora de Energia S.A., em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o relatório da administração e as demonstrações contábeis da companhia relativos ao exercício de 2014, acompanhadas do parecer dos auditores independentes. Toda a documentação relativa às contas ora apresentadas está à disposição dos senhores acionistas, a quem a Diretoria terá o prazer de prestar os esclarecimentos adicionais necessários.

A EMPRESA

Constituída em 19 de dezembro de 2011 com o propósito específico de implantação, operação e exploração comercial das instalações de transmissão caracterizadas no ANEXO 6F do Edital do LEILÃO nº 06/2011-ANEEL que originou o contrato de Concessão do serviço Público de Transmissão de Energia nº 008/2012 – ANEEL, datado de 10 de maio de 2012, com um Capital Autorizado pelos acionistas de R\$ 100 milhões, compostas pela LT Curitiba – Curitiba Leste, em 525 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 28 km, com origem na SE Curitiba e término na SE Curitiba Leste; e pela SE Curitiba Leste 525/230 kV; entradas de linha, interligações de barras, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

São de responsabilidade da TRANSMISSORA a implementação, das instalações de transmissão de rede básica, (i) trecho de Linha de Transmissão em 230 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 1,5 km, compreendido entre o ponto de seccionamento da Linha de Transmissão em 230 kV Uberaba – Posto Fiscal e a Subestação Curitiba Leste, as Entradas de Linha correspondentes na Subestação Curitiba Leste, e a aquisição de equipamentos necessários às modificações, substituições e adequações nas Entradas de Linha das Subestações Uberaba e Posto Fiscal; e (ii) trecho em Linha de Transmissão em 230 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 7,5 km, compreendido entre o ponto de seccionamento da Linha de Transmissão em 230 kV Santa Mônica – Distrito Industrial de São José dos Pinhais e a Subestação Curitiba Leste, as Entradas de Linha correspondentes na Subestação Curitiba Leste, e a aquisição dos equipamentos necessários às modificações, substituições e adequações nas Entradas de Linha das Subestações Santa Mônica e Distrito Industrial de São José dos Pinhais.

No ano de 2014 a MARUMBI recebeu, através da Resolução Autorizativa ANEEL nº 4.807 de 26 de agosto de 2014, uma autorização para implantar reforços nas instalações de transmissão de energia elétrica sob sua responsabilidade, especificamente: a instalação de 02 (dois) Bancos Capacitores 230 kV, 2x100 MVAr e conexões, na Subestação Curitiba Leste.

Desta forma, será também de responsabilidade da MARUMBI TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A., implantação do respectivo reforço na Subestação Curitiba Leste, compreendendo: i) Complemento do Módulo de Infraestrutura Geral com um Módulo de Infraestrutura de Manobra referente ao Módulo de Manobra 230 kV, Arranjo BD4, para instalação dos dois Bancos de Capacitores; ii) Instalar um Módulo de Manobra para Conexão 230 kV do Banco de Capacitor 100 MVAr (BC1); iii) Instalar o 1º Banco de Capacitor em 230 kV de 100 MVAr; iv) Instalar um Módulo de Manobra para Conexão 230 kV do Banco de Capacitor 100 MVAr (BC2); e v) Instalar o 2º Banco de Capacitor em 230 kV de 100 MVAr.

SISTEMA DE TRANSMISSÃO

O sistema elétrico da Marumbi Transmissora de Energia S.A. integrará a Rede Básica do Sistema Interligado Nacional, cuja coordenação da operação é o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, com o qual foi celebrado o respectivo Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão – CPST nº 018/2012, em 10 de julho de 2012.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Conforme Contrato de Concessão, Subestação, Linha de Transmissão e mais a ampliação de dois bancos de capacitores, a prestação do serviço de transmissão se dará mediante o pagamento de Receita Anual Permitida a partir da data da disponibilização das instalações para a operação comercial, reajustada anualmente no mês de julho de cada ano, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

No exercício, a empresa obteve um resultado operacional líquido de R\$ 11.639 e propôs dividendos mínimo obrigatório, relacionado ao exercício de 2014, que está sendo encaminhado ao Conselho de Administração à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral Ordinária de abril de 2015, no montante de R\$ 2.764 mil com proposta destes dividendos retornarem à Companhia em forma de reservas de lucros a realizar. Constituiu reserva legal no montante de R\$ 688 mil.

Em complemento às demonstrações contábeis previstas na Legislação Societária, estamos apresentando, conforme Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, a Demonstração do Valor Agregado. O Balanço Social e o Relatório de Responsabilidade Socioambiental,

introduzido através do Despacho SFF/ANEEL nº 3.034, de 26 de dezembro de 2006, será divulgado em exemplar à parte.

Finalmente, queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos acionistas, colaboradores, seguradoras, usuários, agentes financeiros e do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da Companhia.

Curitiba, 27 de fevereiro de 2015.

**BALANÇOS PATRIMONIAIS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013
(Em milhares de Reais)**

	Nota 31.Dez.14	31.Dez.13			Nota 31.Dez.14	31.Dez.13
Ativo			Passivo			
Circulante			Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4 10.128	5.265	Fornecedores	7 7.773	7.400	
Tributos a compensar	34	11	Financamentos	9 1.276	-	
Subsídios	72	-	Obrigações sociais e fiscais	6 282	371	
Outros créditos	1	-	Dividendos	11 2.794	803	
Total do ativo circulante	10.235	5.276	Outras contas a pagar	-	17	
Total do passivo circulante					12.175	8.291
Não circulante						
Ativo financeiro	5 118.628	31.215				
Despesas do exercício seguinte	5	-				
Ativo imobilizado administrativo	5 26	26	Total do passivo não circulante	70.546	23.499	
Total do ativo não circulante	118.659	31.241				
	128.894	36.517	Patrimônio líquido			
			Capital social	10 35.179	3.111	
			Reserva legal	11 868	106	
			Reserva de lucros a realizar	11 503	-	
			Reserva de lucros	11 5.603	1.510	
			Total do patrimônio líquido	46.173	4.727	
				128.894	36.517	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO
LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013
(Em milhares de Reais)**

Descrição	Reserva de Lucros					
	Capital Social	Reserva Legal	Reserva a Realizar	Retenção de Lucros	Disponibilização da AGO	Prejuízos Acumulados
Saldos em 31 de dezembro de 2012	3.111	-	-	(343)	-	2.762
Reajuste da base do Exercício Social	-	-	-	-	-	2.462
Reajuste Acumulado compensados	-	-	-	-	343	(343)
Destinação Reserva Legal	-	106	-	-	-	(106)
Dividendos Propostos	-	-	-	-	-	(503)
Lucros à Disponibilização da Assembleia Geral	-	-	-	1.510	-	(1.510)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	3.111	106	-	1.510	-	4.727
Capital e Lucros, cont. AGO 24/24,14	32.068	-	-	-	-	32.068
Reajuste de Dividendo, cont. AGO 24/24,14	-	603	-	-	-	503
Destinação dos Lucros cont. AGO 24/24,14	-	-	1.510	(1.510)	-	-
Reserva do Exercício	-	-	-	-	-	11.639
Destinação Reserva Legal	-	582	-	-	-	(582)
Dividendos Propostos	-	-	-	-	(2.764)	(2.764)
Lucro líquido à disponibilização da AGO	-	-	-	8.293	-	(8.293)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	35.179	688	803	1.510	8.293	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 e 2013
(Em milhares de Reais)**

	Nota	31.Dez.14	31.Dez.13
Receita operacional líquida	12	87.434	30.378
Custo de construção		(72.803)	(26.748)
Lucro bruto		14.631	3.630
Despesas operacionais		(630)	(572)
Lucro antes do resultado financeiro e imposto		14.001	3.058
Resultado financeiro			
Receitas financeiras		831	491
Despesas financeiras		(275)	(7)
		556	484
Lucro antes de imposto de renda e contribuição social		14.557	3.542
Imposto de renda e contribuição social		(207)	(137)
Corrente		(2.710)	(944)
Diferido		(2.918)	(1.081)
Lucro do exercício		11.639	2.461
Lucro por Ação		0,33	0,79

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 e 2013
(Em milhares de Reais)**

	Resultado do exercício	31.Dez.14	31.Dez.13
Lucro do exercício		11.639	2.461
Resultado abrangente do exercício		11.639	2.461

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013
(Em milhares de Reais)

	31.Dez.14	31.Dez.13
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	14.557	3.542
Ajustes por:		
Imposto de renda e contribuição social	(2.918)	(1.061)
(Aumento) redução no ativo:		
Tributos a compensar	(23)	(6)
Outros ativos	(78)	-
	(101)	(6)
Aumento (redução) no passivo:		
Fornecedores	373	7.063
Obrigações sociais e fiscais	2.600	1.300
Outros passivos	(17)	-
	2.955	8.363
Fluxo de caixa decorrente das atividades operacionais	14.493	10.818
Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais	14.493	10.818
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Ativo financeiro	(87.413)	(30.254)
Imobilizado	-	(13)
Caixa líquido das atividades de investimentos	(87.413)	(30.267)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Capital subscrito	32.088	-
Financiamento	34.723	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	10.360	22.522
Caixa líquido das atividades de financiamento	77.781	22.522
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa	4.862	3.073
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5.265	2.192
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	10.128	5.265

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
(Em milhares de Reais)

1- Contexto operacional

A **Marumbi Transmissora de Energia S.A.** (Companhia em fase pré-operacional) é uma companhia de capital fechado e está registrada no CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob nº 14.820.785/0001-53, e NIRE – Número de Identificação do Registro de Empresas sob nº 41 3 0008384 3, com sede e foro para todos os efeitos legais, na Rua Comendador Araújo nº 143, bairro Centro, CEP 80420-000, na cidade de Curitiba, estado do Paraná.

Suas atividades estão sob concessão e reguladas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, através do Contrato de Concessão nº 008/2012 – ANEEL, que regula a concessão do Serviço Público de Transmissão outorgada pelo Decreto s/nº, de 16 de abril de 2012, publicado no Diário Oficial de 17 de abril de 2011, pelo prazo de 30 (trinta) anos, contado a partir de sua data de celebração, para construção, operação e manutenção das Instalações de Transmissão caracterizadas no Anexo 6F do Edital do Leilão nº 06/2011 – ANEEL – “Características e requisitos Básicos das Instalações de Transmissão”.

A Companhia tem por objeto social a implantação, operação comercial e exploração do negócio energia elétrica, mediante concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, operação e manutenção de instalações de transmissão da rede básica do Sistema Interligado Nacional, especificamente das instalações constituídas por:

- LT 525 kV Curitiba - Curitiba Leste, CS, 28 km; e
- SE 525/230 kV Curitiba Leste (3 + 1 res.) x 224 MVA.
- Subestação Curitiba Leste: trecho de Linha de Transmissão em 230 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 1,5 km, compreendido entre o ponto de seccionamento da Linha de Transmissão em 230 kV Uberaba - Posto Fiscal e a subestação Curitiba Leste, as Entradas de Linha correspondentes na Subestação Curitiba Leste e a aquisição dos equipamentos necessários às modificações, substituições e adequações nas Entradas de Linha das subestações Uberaba e Posto Fiscal. Os equipamentos e instalações descritos neste parágrafo serão transferidos para a COPEL-GT, concessionária da linha de transmissão que será seccionada, conforme disposto na Resolução Normativa nº. 67/2004.
- Subestação Curitiba Leste: trecho de Linha de Transmissão em 230 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 7,5 km, compreendido entre o ponto de seccionamento da Linha de Transmissão em 230 kV Santa Mônica - Distrito Industrial de São José dos Pinhais e a subestação Curitiba Leste, as Entradas de Linha correspondentes na Subestação Curitiba Leste e a aquisição dos equipamentos necessários às modificações, substituições e adequações nas Entradas de Linha das subestações Santa Mônica e Distrito Industrial de São José dos Pinhais.

A Companhia encontra-se em fase pré-operacional dependendo ainda do suporte financeiro por Capital Próprio e de Terceiro, de forma a permitir a conclusão de seu plano de investimentos e inicio de operação do projeto prevista para o final do primeiro trimestre de 2015.

2- Apresentação das demonstrações financeiras

As informações foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC conjugada com as orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

3- Principais práticas contábeis

3.1- Apuração de Resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

3.2- Classificação de Itens Circulantes e Não Circulantes

No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

3.3- Compensações Entre Contas

Como regra geral, nas demonstrações contábeis, nem ativos e passivos, ou receitas e despesas são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida ou permitida por um pronunciamento ou norma brasileira de contabilidade e esta compensação reflete a essência da transação.

3.4- Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem depósitos bancários e investimentos temporários de curto prazo de liquidez imediata. Os investimentos temporários de curto prazo estão registrados por seus valores justos na data do balanço de 31 de dezembro de 2014.

3.5- Instrumentos Financeiros

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

Instrumentos financeiros

3.5.1- Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Ativos financeiros são classificados em “mantidos até o vencimento” caso a Companhia tenha intenção e a capacidade de garantir os títulos de dívida até a data de expiração. Tais Ativos Financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável, caso aplicável.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da

data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas nas obrigações de curto prazo.

Concessões

Ativo financeiro - Amortizável RAP

A remuneração da Companhia é garantida e reconhece como um recebível o direito de cobrar dos usuários pelos serviços prestados de transmissão de energia elétrica em linha com a interpretação ICPC 01 Contratos de Concessão e orientação técnica OCPC 05.

O recebível é determinado como sendo o valor residual da receita de construção auferida para a construção ou aquisição das infraestruturas realizadas pela Companhia.

A amortização do recebível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, ou o prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro. O padrão de consumo dos ativos tem relação com sua vida útil econômica nas quais os ativos construídos pela Companhia integram a base de cálculo para mensuração da tarifa de prestação dos serviços de concessão.

A amortização do recebível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro.

Estas contas a receber são classificadas entre curto e longo prazo considerando a expectativa de recebimento destes valores, tendo como base a data de encerramento das concessões. Engloba o “contas a receber” por transmissão de energia faturada, acrescidos das variações monetárias, quando contratadas.

Ativo financeiro - Indenizável

Os custos do Ativo Financeiro estão relacionados aos custos atribuíveis pelo período contado a partir da data em que o contrato foi firmado com ANEEL até a data de sua conclusão. Quando extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema de Serviço Público de Transmissão, transferidos à Concessionária ou por ela implantados no âmbito da concessão.

Contabilização de contrato de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão, conforme determinado pela Interpretação Técnica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ICPC 01, a Sociedade efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação do contrato de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo financeiro e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos financeiros gerados nos contratos de concessão.

Momento de reconhecimento do ativo financeiro

A Administração da Sociedade avalia o momento de reconhecimento dos ativos financeiros com base nas características econômicas do Contrato de Concessão.

Determinação de amortização periódica dos ativos financeiros oriundos dos contratos de concessão

A Sociedade reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrentes do contrato de concessão limitado ao prazo da respectiva concessão, a partir do momento em que os respectivos ativos financeiros entram em operação.

Demais ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos auferidos.

3.5.2 -Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece todos passivos financeiros (incluindo passivos

designados pelo valor justo registrado no resultado) inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou expiradas.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: “fornecedores” e “outras contas a pagar”.

Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicáveis, dos respectivos encargos e variações monetárias.

3.5.3 -Capital social

A Companhia possui somente ações ordinárias. As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, sem quaisquer efeitos tributários.

3.6 -Receita de aplicação financeira

A receita de aplicação financeira é reconhecida *pro rata dia* com base no método da taxa de juros efetiva ou, quando aplicável, pelas variações de mercado dos instrumentos financeiros.

3.7 -Forma de tributação

A Concessionária adota para o exercício o regime tributário do Lucro Presumido para fins de reconhecimento do Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ, adicional IRPJ e para a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL. A alíquota do IRPJ é de 15% incidente sobre uma base de cálculo arbitrada correspondente a 8% sobre as receitas decorrentes das operações da Empresa, acrescidas das demais receitas, enquanto que o Adicional incide em 10% sobre essa mesma base que excede a R\$ 20 mil reais mensais. A alíquota da CSLL é de 9% incidente sobre uma base de cálculo arbitrada correspondente a 12% sobre as receitas decorrentes das operações da Empresa, acrescida das demais receitas.

3.8 -Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

3.9 -AFAC – Adiantamento Para Futuro Aumentos de Capital

Os Aportes de capital estão sendo efetuados na modalidade de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital – AFAC.

3.10 -Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da Empresa baseie as estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

4 - Caixa e equivalentes de caixa

	31.Dez. 2014	31.Dez. 2013
Banco conta movimento e fundo rotativo de caixa	428	7
Aplicações financeiras de liquidez imediata	9.700	5.268
10.128	5.268	

As aplicações financeiras de liquidez imediata são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Essas aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDB, que se

caracterizam pela venda de título com o compromisso, por parte do vendedor (Banco) de recomprá-lo, e do comprador de revendê-lo no futuro. As aplicações foram remuneradas na taxa de 100% aplicada na remuneração destacada da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI em 31.12.2014.

5 - Ativo financeiro e imobilizado

A operação da Companhia se enquadra nas hipóteses previstas do ICPC-01 RI/IFRIC12, pois a MARUMBI TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A. é titular de uma "concessão" e a infraestrutura dentro do alcance desta Interpretação não será registrada como ativo imobilizado da Companhia porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controlar o uso da infraestrutura de serviços públicos. O concessionário tem acesso para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente, nas condições previstas no contrato.

	31.Dez 2014	31.Dez 2013
Ativo financeiro - Amortizável RAP	118.628	31.215
Ativo imobilizado	26	26
	118.654	31.241

Os bens que compõem o imobilizado referem-se a móveis e utensílios utilizados na administração.

6 Obrigações sociais e fiscais

	31.Dez 2014	31.Dez 2013
Impostos	200	338
Contribuições Sociais	2	55
	202	371

7 Fornecedores

Compreende as contas a pagar de fornecedores de materiais e serviços, vinculados à atividade da Companhia.

	31.Dez 2014	31.Dez 2013
Materials	78	5.514
Serviços	7.695	640
Chéques emitidos	-	1.246
	7.773	7.400

Os cheques emitidos no exercício anterior foram na ordem de R\$ 1,2 milhão de reais para saldar os valores de indenizações das propriedades atingidas para instituições de servidão de passagem da LT 525kV Curitiba – Curitiba Leste.

8 AFAC – Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital

	31.dez 2014	31.dez 2013
AFAC - Copel	26.810	18.017
AFAC - Eletrosul	6.702	4.505
	33.512	22.522

9 Financiamentos

	31.dez 2014	31.dez 2013	Valor Contratado	Valor Liberado	Encargos Juros	Parcelas Qtd.
BNDES Subcrédito A+ TJP	30.198	-	33.460	30.000	2% a.a.+ TJP	168
BNDES Subcrédito B	4.525	-	21.577	4.500	6% a.a.	106
	34.723	-	35.967	34.500		

O financiamento do BNDES de número Decisão de Diretoria de 585/2014, de 8 de julho de 2014, para abertura de crédito no valor de R\$ 55.037.410,00 (cinquenta e cinco milhões, trinta e sete mil e quatrocentos e dez reais), dividido em 2 (dois) Subcréditos nos seguintes valores e prazos:

I. Subcrédito "A": R\$ 33.460.330,00 (trinta e três milhões, quatrocentos e sessenta mil, trezentos e trinta reais) em 168 (Cento e Sessenta e Oito) meses, sendo as prestações mensais e sucessivas.

II. Subcrédito "B": R\$ 21.577.080,00 (vinte e um milhões, quinhentos e cinquenta e sete mil e oitenta reais) em 106 (Cento e Seis) meses, sendo as prestações mensais e sucessivas.

Os juros sobre o principal da dívida relativo ao subcrédito "A" incidirão juros de 2% (dois inteiros por cento) ao ano (a título de remuneração), acima da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJP, divulgada pelo Banco Central do Brasil e os juros sobre o principal da dívida relativo ao subcrédito "B" incidirão juros de 6% (seis inteiros por cento) ao ano (a título de remuneração).

Para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações decorrentes do financiamento do BNDES, até a final liquidação de todas as obrigações, como o principal da dívida, juros, comissões, pena convencional, multas e despesas, os intervenientes COPEL GeT e ELETROSUL, acionistas da Marumbi, dão em garantia, em favor do BNDES a totalidade das ações de emissão da Marumbi.

10 Patrimônio líquido

O Capital Social subscrito e integralizado é de R\$ 35.179.000,00 (Trinta e Cinco Milhões e Cento e Setenta e Nove Mil Reais), dividido em 35.179.000 (Trinta e Cinco Milhões e Cento e Setenta e Nove Mil) ações ordinárias sem valor nominal.

11 Reserva de lucros

Reserva legal

A reserva legal é constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital, de acordo com o artigo 37 do Estatuto Social e o artigo 193 da lei societária.

Lucros acumulados

O lucro acumulado do período, nesta etapa pré-operação, evidenciou as mutações nos resultados acumulados, onde as receitas provenientes dos ativos financeiros foram superiores aos custos/despesas.

	31.Dez 2014
Lucro do período	11.639
Reserva legal	5%
Constituição de reserva legal	(582)
	11.057
Dividendos propostos	(2.764)
Lucro a disposição da assembleia	8.293

O lucro líquido neste exercício foi de R\$ 11.639 mil. Os Dividendos propostos são na ordem de R\$ 2.764 mil. A Companhia está ainda em fase pré-operacional e a aplicação do capital disponível voltada para os desembolsos dos investimentos do negócio, podendo então, os recursos propostos em forma de Dividendos serem revertidos para reserva de lucros a realizar.

12 Receita operacional líquida

Estes resultados financeiros estão registrados pelo valor presente do direito e são calculados com base no valor líquido dos ativos construídos pertencentes à infraestrutura que serão indenizados pelo poder concedente.

	31.Dez 2014	31.Dez 2013
Receita com Ativo Financeiro	9.693	1.074
Receita de construção	77.741	29.304

Curitiba, 19 de janeiro de 2015.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA EXECUTIVA
Cláudio Bragaña M. Falcão Presidente	Alfonso Schmitt Diretor Presidente
Ilmar da Silva Moreira Conselheiro	Valdenir José Bertage Diretor Administrativo-Financeiro
Marcelo Kowalski Teske Conselheiro	

CONSELHO FISCAL	CONTADOR
Gerson Jose Gonçalves Presidente	
Sandro Rodrigues da Silva Conselheiro	William Rodrigo Cardoso CRC/SC nº 021528/O-8
Evandro Ricardo Faraco Conselheiro	

**PARECER DO CONSELHO FISCAL
ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS FINDADAS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2014**

Os membros do Conselho Fiscal da Marumbi Transmissora de Energia S.A., abaixo assinados, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam ao exame das Demonstrações Financeiras, compreendidas pelo Balanço Patrimonial, a Demonstração de Resultado do Exercício, a Demonstração do Fluxo de Caixa, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração do Resultado Abrangente e as Notas Explicativas, do Relatório Anual da Administração e do Relatório dos Auditores Independentes, referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2014 e baseando-se, ainda, tanto nas análises efetuadas e esclarecimentos prestados pela Administração, quanto no parecer da empresa de auditoria, Martinelli Auditores, emitido sem ressalvas, entendem e opinam que as citadas Demonstrações Financeiras traduzem adequadamente, em seus aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira da Marumbi Transmissora de Energia S.A., as quais, estando em condições de serem submetidas à apreciação e aprovação da Assembleia Geral Ordinária.

Curitiba, 24 de março de 2015.

**Gerson Jose
Gonçalves**
Presidente

**Sandro Rodrigues
da Silva**
Conselheiro

**Evandro Ricardo
Faraco**
Conselheiro

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos
Diretores e Acionistas da
MARUMBI TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da Instituição **MARUMBI TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.**, (Companhia em fase pré-operacional), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as instituições regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas exigem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações contábeis da instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da instituição. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela

administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **MARUMBI TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.**, (Companhia em fase pré-operacional) em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conjugadas com as normas editadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Outros Assuntos

Auditória dos valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, apresentadas comparativamente, foram auditadas por nós, conforme relatório do Auditor Independente, emitido sem ressalvas, em 17 de janeiro de 2014.

Curitiba (PR), 23 de janeiro de 2015.

**CRISTIANO JOSÉ RIBEIRO
DOS SANTOS**
Contador CRC(SC) nº 022.513/O-0
MARTINELLI Auditores
CRC(SC) nº 001.132/O-9-F-PR

martinelli
auditores

R\$ 6.024,00 - 27621/2015

FERROESTE

**ESTRADA DE FERRO PARANÁ OESTE S/A – FERROESTE
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
XXVIII ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**

São convocados os Senhores Acionistas da ESTRADA DE FERRO PARANÁ OESTE S.A. – FERROESTE a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, que será realizada no dia 30 de abril de 2015 às 14h30, em sua sede social, na Avenida Iguacu, 420, 7º andar, Rebouças, nesta Capital, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

1. Exame, discussão e votação do Relatório Anual da Administração, balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras, referentes ao exercício de 2014;
2. Eleição dos membros do Conselho Fiscal;
3. Eleição dos membros do Conselho de Administração;
4. Fixação da remuneração dos Administradores e Conselheiros Fiscais;
5. Informações sobre publicações ordenadas pela Lei Federal nº. 6.404/76.

Curitiba, 10 de abril de 2015.

José Richa Filho
Presidente do Conselho de Administração

R\$ 120,00 - 27364/2015

**ESTRADA DE FERRO PARANÁ OESTE S/A
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2015**

Objeto: aquisição de 02 unidades de alicate amperímetro, 01 unidade de megômetro eletrônico, 02 unidades de multímetro True RMS e 01 unidade de chave multiplicadora de torque, conforme Edital. Preço máximo global: R\$ 28.130,00. Recebimento das propostas 29/04/2015 às 09:00h - Abertura 29/04/2015 às 10:00h - Menor preço. Dotação: Recursos Próprios. Edital: www.ferroeste.pr.gov.br E www.llicitacoes-e.com.br. Curitiba, 10/04/2015.

R\$ 48,00 - 27375/2015

**ESTRADA DE FERRO PARANÁ OESTE S/A
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2015**

Objeto: aquisição de peças e serviços para locomotivas, conforme Edital. Preço máximo global: R\$ 51.606,70. Recebimento das propostas 30/04/2015 às 09:00h - Abertura 30/04/2015 às 10:00h. Menor preço. Dotação: Recursos Próprios. Edital: www.ferroestc.pr.gov.br E www.llicitacoes-c.com.br. Curitiba, 10/04/2015.

R\$ 48,00 - 27376/2015

SANEPAR

AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA N 035,15

Objeto: Execução de obra de ampliação do sistema de esgoto sanitário da cidade Ponta Grossa, com fornecimento total de materiais e equipamentos, conforme detalhado nos anexos do edital. Recursos: saneamento para todos CAIXA/FGTS. Preço Máximo Admitido: R\$ 1.419.069,20 Disponibilidade do Edital: de 16/4/2015 até às 17h15 de 18/5/2015. Abertura da Licitação: 15h do dia 19/5/2015. Informações complementares: Podem ser obtidas na Sanepar à Rua Engenheiros Rebouças, 1376 - Curitiba/PR, Fones (41)3330-3910/3330-3128 ou Fax (41)3330-3174/3330-3200, ou pelo site <http://licitacao.sanepar.com.br>.

Francisco Cesar Farah Diretor Administrativo

R\$ 72,00 - 26250/2015